

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.959, DE 2011

Proíbe a cobrança da taxa de reserva, ou taxa de matrícula, cobrada antecipadamente, anterior à prestação dos serviços educacionais, com vistas a garantir a vaga do aluno no ano letivo seguinte.

Autor: Deputado ANDRE MOURA

Relator: Deputado RAFAEL MOTTA

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado André Moura, visa proibir a “cobrança da taxa de reserva, ou taxa de matrícula, cobrada antecipadamente, anterior à prestação dos serviços educacionais, com vistas a garantir a vaga do aluno no ano letivo seguinte”.

Como justificativa, o autor alega que a cobrança representa desvantagem exagerada para o consumidor, pois este é obrigado a pagar por serviço que ainda não usufruiu.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sendo sujeita a apreciação conclusiva das Comissões de Defesa do Consumidor; Educação; e Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última conforme art. 54 do RICD.

Na Comissão de Defesa do Consumidor, a proposição foi aprovada, por unanimidade, nos termos do Parecer do relator, nobre Deputado André Amaral.

Nesta Comissão, cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei visa proibir a cobrança da taxa de reserva ou de matrícula, cobrada antes da prestação dos serviços educacionais, com o objetivo de assegurar a vaga do aluno para o ano letivo seguinte.

O autor pondera que além da cobrança antecipada, as taxas de matrícula são cobradas como 7ª mensalidade, no caso de cursos semestrais, ou 13ª mensalidade, no caso de cursos anuais. Isso claramente viola o art. 1º, §5º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que obriga que o valor da anuidade seja dividido em seis ou doze parcelas, sendo a taxa de matrícula já inclusa.

A cobrança antecipada pelas instituições de ensino é considerada prática abusiva caso venha a ser feita com mais de 30 dias do início da prestação dos serviços. Outro ponto relevante de destacar é que o art. 5º da Lei. 9.870/1999 aponta que não poderá ser feita a cobrança de taxa de matrícula no ano letivo seguinte para alunos já matriculados, salvo os casos de inadimplência. Esse dispositivo é completamente ignorado, sendo prática comum à cobrança de uma nova taxa de matrícula, inclusive para alunos que já se encontram matriculados.

Ademais, é o consumidor quem sai perdendo no contrato firmado com o serviço educacional, pois o mesmo estará pagando por um serviço que ainda não usufruiu, de forma antecipada e sem desconto. Por outro lado, as instituições de ensino possuem amplas condições na promoção de sua organização financeira, não justificando a necessidade de cobrança antecipada de valores dos consumidores pelos referidos serviços.

Em suma, a presente proposição é meritória, na medida em que visa estabelecer o equilíbrio na relação entre o consumidor da prestação de serviços educacionais e o ofertante. De fato, não cabe cobrar do aluno por serviço não usufruído.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.959, de 2011.

Sala da Comissão, em 20 de abril de 2018.

Deputado RAFAEL MOTTA
Relator